

RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.867 - PR (2019/0020333-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**
RECORRIDO : **RUBENS VOGT DA SILVA LIMA**
ADVOGADOS : **JOAO RICARDO CUNHA DE ALMEIDA - PR011475**
CÉSAR PERNETTA ALMEIDA BERTOLDI E OUTRO(S) - PR090452

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ESPECIAL. LESÃO CORPORAL PRATICADA NO ÂMBITO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TESES RECURSAIS. QUESTÕES RELEVANTES NÃO APRECIADAS. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP CONFIGURADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.

Recurso especial provido nos termos da fundamentação.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Ministério Público do Estado do Paraná**, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local na Apelação Crime n. 1.627.933-1, consoante ementa assim exarada (fl. 421):

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE LESÃO CORPORAL (ART. 129, § 9º, DO CÓDIGO PENAL), PRATICADO NO ÂMBITO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. RECURSO DA DEFESA. AUSÊNCIA DE CONJUNTO PROBATÓRIO SEGURO A CORROBORAR A VERSÃO ACUSATÓRIA. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO REO*. ABSOLVIÇÃO DECRETADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

Opostos, por duas vezes, embargos de declaração pela acusação, ambos foram rejeitados (fls. 442/447 e 464/469).

Nas razões recursais, aponta o recorrente negativa de vigência aos arts. 381, III, 619 e 620 do Código de Processo Penal e 129, § 9º, do Código Penal. Sustenta, de início, negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que o Tribunal de Justiça se recusou a suprir as omissões indicadas nos recursos integrativos (fls. 477/492). No mérito, alega que o laudo pericial constante dos autos, indicando a existência de lesões corporais na vítima por ação e instrumento contundente, o que foi ignorado pelo Tribunal

de origem, bem como a palavra da vítima, constituem elementos hábeis a embasar o decreto condenatório (fls. 493/498).

Oferecidas contrarrazões (fls. 503/519), o Tribunal local admitiu o recurso (fls. 523/525). Instado, opina o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do recurso, nos seguintes termos (fl. 533):

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. LESÃO CORPORAL. ABSOLVIÇÃO. CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO.

1. Não é possível apreciar, no âmbito do recurso especial, matéria referente à absolvição do réu, quando o Tribunal, por meio da análise das questões fático-probatórias vertidas nos autos, entendeu não haver prova suficiente para a condenação, uma vez que seria necessário reexame de matéria fático probatória, vedado pelo enunciado da Súmula 7/STJ.

2. Parecer pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passo ao exame recursal.

Busca o recorrente, inicialmente, a anulação do acórdão recorrido, em razão da negativa de vigência aos arts. 381, III, 619 e 620 do Código de Processo Penal.

É certo que a negativa de prestação jurisdicional nos embargos declaratórios somente se configura quando, na apreciação do recurso, o Tribunal de origem insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida.

Na hipótese dos autos, alega o recorrente que a Corte estadual recusou-se a suprir os *pontos reputados omissos, quais sejam (i) por que a d. Corte não analisou o laudo do exame de lesões corporais; (ii) por que se omitiu quanto à relevância da palavra da vítima; (iii) quais incongruências no depoimento da vítima levaram à aplicação do in dubio pro reo, questionamentos extremamente relevantes para a compreensão das razões de decidir externadas pelos d. Julgadores em relação ao caso em mesa* (fl. 490).

Consta da sentença condenatória (fls. 126/127):

[...] Pois bem, feitas tais considerações teóricas pertinentes e passando a análise do caso propriamente dito tem-se que a materialidade delitiva restou provada com o Laudo de Exame de Lesões Corporais de seq. 1.12, e pela prova oral amealhada em juízo.

O réu não foi ouvido em juízo, mas em fase inquisitorial, negou a autoria relatando que os fatos narrados pela vítima não são verdade e que só tentou segurá-la.

A vítima Neide de Paula Lima ao ser ouvida em juízo relatou que era casada com o acusado; que neste dia começou uma discussão e o réu veio para cima dela; que lhe deu uma gravata, lhe jogou no chão, deu um soco; que não chegou a sair sangue mas fixou roxo na perna, joelho, braço onde ele segurou e no queixo onde ele deu o soco.

Consigne-se que a vítima relatou com requinte de detalhes os fatos praticados pelo réu; que lhe agrediu fisicamente, deixando nesta as lesões constantes no Laudo Pericial.

Sabe-se que em casos dessa natureza a palavra da vítima adquire forte valor probatório, eis que raramente há alguma outra testemunha do fato.

Nesse sentido é o entendimento Jurisprudencial:

[...]

Em que pesem os argumentos do réu no sentido que somente tentou segurar a vítima, não há nada que corrobore tal assertiva, inclusive porque o réu sequer se deu ao trabalho de vir em juízo para apresentar a sua versão.

Assim diante das provas carreadas ao processo, laudo de lesões corporais e depoimento da vítima, há que se reconhecer a presença de comprovação necessária a amparar um édito condenatório.

[...]

No julgamento da apelação defensiva, o Tribunal de Justiça consignou (fls.

423/424):

[...] III. No mérito, argumenta a defesa que o acusado deve ser absolvido do crime de lesão corporal.

In casu, não há como averiguar a certeza dos fatos aludidos na exordial acusatória, uma vez que as provas produzidas não fornecem a convicção necessária sobre a suposta prática do delito de lesão corporal no âmbito de violência doméstica (art. 129, § 9º, do Código Penal).

Em análise à prova oral, verifica-se que a ofendida, durante o seu depoimento realizado em Juízo, relatou que era casada com o acusado e, no dia dos fatos, iniciaram uma discussão vindo o acusado a lhe agredir fisicamente, dando-lhe uma 'gravata' no pescoço, a jogando no chão e desferindo-lhe um soco. No entanto, disse que depois disso, o réu não saiu de casa, somente dias depois do fato.

O réu não foi interrogado em juízo, por se encontrar em outro país. No entanto, na fase inquisitorial negou os fatos.

Dessa forma, não há prova inequívoca acerca dos fatos narrados na denúncia, devendo-se interpretar esta incerteza em favor do acusado, em razão da incidência do princípio do "in dubio pro reo".

Sobre este tema, vale citar a doutrina de René Ariel Dotti, *in verbis*:

[...]

Ato seguinte, o Ministério Público opôs embargos de declaração, apontando a existência de omissão no julgado, especialmente no que diz respeito à existência, nos autos, de prova pericial, bem como à relevância da palavra da vítima prestada em Juízo e

à necessidade de indicação de incongruências no depoimento da vítima, a fim de possibilitar a aplicação do *in dubio pro reo* (fls. 435/437).

O Tribunal *a quo* rejeitou os embargos mediante a seguinte fundamentação (fls. 444/445):

[...] Esta C. Câmara Criminal deu provimento ao recurso de apelação para absolver o acusado do crime de lesão corporal, com fulcro no art. 386, inc. VII do Código de Processo Penal, ou seja, por não existir prova suficiente para a condenação.

A conclusão de referido entendimento foi tomada com fulcro na análise da prova encartada aos autos, a qual, pretende o embargante reanalisar via embargos de declaração, o que é incabível.

Vale salientar que consta no v. acórdão fundamentação no sentido de que "não há prova inequívoca acerca dos fatos narrados na denúncia, devendo-se interpretar esta incerteza em favor do acusado".

Entendeu, portanto, este órgão colegiado que a palavra da vítima, no caso dos autos, não foi suficiente a embasar a condenação, pois se mostrou frágil. Sobre o tema, esta C. Câmara já decidiu, *verbis*:

[...] Assim, não há como acolher os presentes embargos, uma vez que a pretensão do embargante é rediscutir matéria já apreciada no acórdão.

[...]

Inconformado, o órgão ministerial ofereceu novos embargos, aduzindo (fls. 453/457):

[...] Nos embargos declaratórios inicialmente opostos às fls. 238/243, o Ministério Público do Estado do Paraná requereu a esta Corte Estadual que superasse a omissão apontada no decisum originário no tocante ao conteúdo do laudo do exame de lesões corporais e o depoimento da vítima:

[...]

A d. Corte, ao analisar os mencionados embargos, entendeu por bem rejeitá-los, afirmando que não há vício a ser superado no decisum guerreado.

Sustentou, superficialmente que:

[...]

Do apontado, é possível concluir que os vícios anteriormente levantados não foram, em efeito, superados pelos d. Julgadores da 1ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça.

Concessa venia, a Corte Paranaense sequer tangenciou os pontos viciados, devidamente apontados nos aclaratórios. Veja-se que constou do. voto condutor, após sucinta argumentação acerca da falta de provas aptas a embasar a condenação do acusado, que "(...) não verificadas no acórdão embargado quaisquer das hipóteses do art. 619 do Código de Processo Penal os embargos devem ser rejeitados" (f. 252)

A d. Corte, em nenhuma altura, enfrentou os pontos reputados omissos, quais sejam (i) por que a d. Corte não analisou o laudo do exame de lesões corporais; (ii) por que se omitiu quanto à relevância da palavra da vítima; (iii) quais incongruências no depoimento da vítima levaram à aplicação do *in dubio pro reo*. E, como bem apontado nos embargos, tais questionamentos são extremamente relevantes para a compreensão das razões de decidir externadas pelos d.

Julgadores em relação ao caso em mesa. Para além das afirmações acima transcritas, no bojo das quais a d. Corte Estadual entendeu não haver vício na decisão objurgada, não há nenhum outro argumento que se correlacione com as questões levantadas nos, primeiros aclaratórios.

Assim, os presentes embargos evidenciam violação aos artigos 381, inciso III, 619 e 620, todos do Código de Processo Penal, bem como ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, violado de forma reflexa. O voto condutor do acórdão complementar não superou as omissões aventadas, motivo pelo qual a d. Corte, com todo o respeito, se omitiu no dever constitucional e legal de fundamentação das decisões judiciais, não apontando as razões de fato e, de direito que levaram à conclusão exarada no v. *decisum* principal.

[...]

No julgamento do novo recurso integrativo a Corte estadual concluiu (fls. 466/467):

[...] II - O embargante Ministério Público se rebela, manifestamente, com o resultado do julgamento da apelação criminal (fls. 226/231), no qual esta C. Câmara Criminal deu provimento ao recurso da defesa para absolver o réu do crime de lesão corporal.

O v. acórdão da apelação criminal foi bem claro quanto aos fundamentos que levaram ao provimento do recurso, com fulcro no art. 386, inc. VII do Código de Processo Penal, ou seja, por não existir prova suficiente para a condenação.

Nesse acórdão da apelação criminal, o qual foi novamente ressaltado no julgamento dos primeiros embargos opostos (fls. 248/242), constou o entendimento do Colegiado acerca da prova: "não há prova inequívoca acerca dos fatos narrados na denúncia, devendo-se interpretar esta incerteza em favor do acusado".

Consoante já destacado no acórdão dos primeiros embargos "entendeu este órgão colegiado que a palavra da vítima, no caso dos autos, não foi suficiente a embasar a condenação, pois se mostrou frágil".

Por evidente, a insurgência ministerial não se volta às apontadas omissões, mas sim, de cristalina discordância quanto ao resultado do julgamento. Em síntese, a interpretação dada pela prova pelo Parquet é diversa daquela dada por este órgão colegiado.

No entanto, referida pretensão deve ser deduzida na via recursal própria, e não mediante embargos de declaração.

Consoante já decidido, os embargos declaratórios possuem natureza de integração e não de substituição do julgado, não sendo meio hábil para o reexame da causa com interpretação diversa da questão jurídica já apreciada, objetivando modificar a substância do julgado, o que deve ser realizado pela via adequada.

Sobre o assunto, colacionam-se os seguintes julgados:

[...]

Da fato, constata-se que o Tribunal de origem não se manifestou sobre as questões oportunamente levantadas pela acusação, tendo se limitado a manter o julgado da apelação, sem rebater as argumentações levantadas pela parte, cuja apreciação é essencial para o adequado deslinde da controvérsia, inclusive para viabilizar o acesso do debate às instâncias excepcionais, possibilitando o prequestionamento da matéria, até

porque se admite, em recurso especial, a chamada reavaliação da prova, que consiste em atribuir o devido valor jurídico a um fato incontroverso nos autos ou a uma prova colhida sob o crivo do contraditório. Ocorre que, para tanto, é necessário pronunciamento da instância ordinária sobre os elementos de provas produzidos nos autos.

Importante registrar que, não obstante o art. 155 do Código de Processo Penal consagre o princípio da livre apreciação da prova, não autoriza o acolhimento isolado ou o descarte arbitrário de uma delas, sendo possível reconhecer a má valoração da prova quando o Juiz se nega a atribuir valor a um meio de prova juridicamente aceito. Nesse contexto, o princípio do livre convencimento motivado não abre as portas para o magistrado ignorar ou mesmo desconsiderar fatos incontroversos ou prova determinante, segundo critérios jurídicos amplamente aceitos.

Assim, em situações em que o ponto omissivo, obscuro ou contraditório é necessário para o deslinde do debate, cabe reconhecer a nulidade do acórdão, por negativa de prestação jurisdicional, devendo os autos retornar ao Tribunal de origem para que seja proferido novo julgamento dos embargos de declaração, com manifestação expressa a seu respeito.

A jurisprudência desta Corte orienta-se nesse sentido, confirmam-se: AgRg no AgRg no AREsp n. 923.962/RN, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 14/3/2018; AgRg no AREsp n. 722.698/PE, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 16/5/2016; REsp n. 1.221.607/MA, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 25/6/2015, dentre outros.

Configurada, pois, a ofensa ao art. 619 do Código de Processo Penal, devem os autos retornar à Corte *a quo* para que se manifeste, fundamentadamente, sobre as teses insertas nas razões dos embargos de declaração do ora recorrente.

Prejudicada a questão remanescente (art. 129, § 9º, do CP).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, III, do RISTJ, **dou provimento** ao recurso especial para **determinar** o retorno dos autos ao Tribunal de origem para o saneamento dos vícios apontados, nos termos da fundamentação.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

